

SINDICAL

8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Brasil - Dez mil mulheres protestam em São Luís contra Roseana e FHC - Dez mil mulheres estão nas ruas de São Luís, em protesto — pelo Dia Internacional da Mulher — contra "a política neo-liberal e excludente do Governo Federal e a miséria, corrupção e mentidas que caracterizam o Governo do Estado do Maranhão".

As trabalhadoras rurais, organizadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pela CUT, Pastoral da Mulher e outras entidades percorreram o centro de São Luiz e se encontraram com as mulheres urbanas para um grande ato público, seguindo depois em passeata. Houve também mobilizações e atos na maioria das grandes cidades e em SP uma grande faixa abria a marcha dizendo: "Roseana Não Basta Ser Mulher" (Agência Contag, 08/03/02).

Paraguay - Un centenar de mujeres que integran distintas organizaciones sociales y campesinas marcharon anoche para conmemorar el Día Internacional de la Mujer y para repudiar el terrorismo de Estado. La Policía impidió que llegaran hasta la Plaza de los Desaparecidos, ubicada al costado del Palacio de los López, por lo que tuvieron que realizar el acto frente a la Catedral Metropolitana. (ABC Color, 09/03/2002)

Argentina - Un nuevo cacerolazo en Plaza de Mayo volvió a reiterar anoche las críticas de la gente al gobierno duhaldista, la clase política, la Corte Suprema, las restricciones impuestas por el corralito y la pesificación compulsiva y devaluada de los ahorros en dólares. Hubo menos gente que otras veces, y en el pico de la concentración, hacia la medianoche, dejaron verse en la Plaza algo más de 4.000 personas.

Esta nueva edición —número doce de una protesta que ya se transformó en un clásico de los viernes— coincidió con la conmemoración del Día Internacional de la Mujer y por eso se vieron algunos grupos de mujeres que llevaron consignas reivindicatorias alusivas a la fecha.

Ayer se realizó un encuentro de mujeres en la Central de Trabajadores Argentinos (CTA) y se incluyó la participación en el cacerolazo nocturno como una de las actividades. "Estamos acá repudiando el fallo de la Corte Suprema que prohibió la píldora anticonceptiva del día después", dijo a **Clarín** Mabel Gamarra, de la CTA.

Había mujeres identificadas como "Amas de Casa del País" y otras como "Feas", Feministas Autoorganizadas. Estas llevaban antorchas y proponían una "revolución en la Plaza y en la casa".

El fallo de la Corte contra la píldora anticonceptiva fue motivo de grafitis, en negro y con consignas feministas, que **tuvieron como blanco directo la fachada y las columnas de la Catedral**. Es que sectores de la Iglesia fueron identificados como parte interesada en la prohibición de la píldora que consideran "abortiva", aún en contra de la opinión de la

Brasil- Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros, divulgado ontem pelo IBGE, revela que as chefes de família estão ganhando mais, porém o rendimento ainda é 40% menor que o dos homens responsáveis por domicílios.

De acordo com o Censo 2000, o rendimento médio das mulheres nesta condição é de, aproximadamente, R\$ 591, enquanto há dez anos o valor estava em torno de R\$ 365. Houve um crescimento relativo de 61,9%, entretanto, os homens continuaram ganhando mais, tendo rendimento médio de R\$ 827. Outro destaque do estudo é que metade destas mulheres sustentam a família com menos de 1,8 salário mínimo (R\$ 324). Apesar de a diferença ser observada entre mulheres de todas as regiões do país, o menor rendimento médio está no Nordeste (R\$ 376) e o maior, no Sudeste (R\$ 712).

Considerando-se que em 1991 a renda das mulheres equivalia a 63,1% a dos homens e que, uma década depois, esta comparação atingiu 71,5%, é possível imaginar um futuro menos desigual neste aspecto.

Para mulher, salário continua mais baixo - As mulheres precisam estudar 25% mais do que os homens para conseguir receber o mesmo salário. A diferença de ganhos entre os dois sexos se torna mais intensa à medida em que aumentam a faixa de renda e o nível de escolaridade dos grupos. Enquanto entre aqueles que têm apenas um ano de estudo, os homens recebem 41,9% mais, no grupo que passou 17 anos nos bancos da escola, o salário dos homens é quase o dobro, ou 98,9% maior. Os dados são de uma pesquisa inédita elaborada pelos economistas Marcelo Neri, Alexandre Pinto e Cristiane Soares, da Fundação Getúlio Vargas, com base em dados da região metropolitana do Rio. (JB On Line, 08/03/02)

comunidad científica en general y del empleo de la píldora "del día después" en gran parte de los países más avanzados. (Clarín,09/03/2002)

Mundo - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) lembraram que 75% dos refugiados são mulheres e crianças, particularmente expostas às consequências dos conflitos armados. Por sua vez, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) pediu maior participação das mulheres nos programas humanitários que as envolvem, para evitar os riscos de exploração sexual.

Paralelamente, relatores especiais da ONU sobre os direitos da mulher na América Latina, na África e sobre a violência contra as mulheres, fizeram um apelo comum para pedir a todos os países que ainda não o fizeram que ratifiquem os tratados internacionais destinados à proteção da mulher. A Unicef, por sua vez, lembrou que a cada minuto uma mulher morre no mundo durante a gravidez ao dar à luz. A alta comissária da ONU para os direitos do homem, Mary Robinson, comemorou o Dia da Mulher em Kabul em companhia de mulheres afegãs, às quais prestou homenagem e para as quais pediu proteção.

Reunidas em **Paris** por ocasião do Dia da Mulher, várias ONGs denunciaram que o estupro é utilizado cada vez mais como arma "estratégica" de guerra destinada a humilhar e aterrorizar, e cujos efeitos desastrosos são duradouros.

Na **Polônia**, as feministas comemoraram o Dia da Mulher intensificando seu combate a favor do direito ao aborto, e se manifestando sob o lema "Minha vida, minha escolha".

Na **Romênia**, milhares de mulheres se aglomeraram diante dos escritórios da agência de emprego de todo o país, na expectativa de obter um dos 20.539 postos de trabalho propostos por ocasião do Dia da Mulher", que o ministro do trabalho qualificou de "regalo para as mulheres desempregadas".

Na **República Centro-Africana**, 5 mil mulheres se manifestaram na capital, Bangui, para pedir maior mobilização na luta contra a aids, enfermidade que faz estragos no continente.

Por sua vez, as mulheres de **Níger** optaram por se manifestar para denunciar a "inércia" do governo na luta contra a pedofilia e os estupros e lhe exigir que "enfrente esses crimes odiosos". Diante da Assembleia Nacional de Niamey, a capital, as manifestantes nigerianas reclamaram que se aplique a lei com todo o rigor aos estupradores.

Em **Túnis**, as tunisianas e as diplomatas credenciadas no país se reuniram no centro das Nações Unidas e expressaram sua solidariedade para com as mulheres afegãs e palestinas, e recordaram que os direitos da mulher "são parte integrante dos direitos humanos universais". (Diário do Grande ABC, 08/03/02)

La Marcha del Acero, de Santa Fe a Plaza de Mayo - Se inició en la ciudad santafesina de Villa Constitución la "Marcha del Acero por el Trabajo y la Producción". Junto a la seccional rebelde de la UOM, liderada por el sindicalista Alberto Piccinini, marchan distintas seccionales del gremio metalúrgico (Campana, San Nicolas, La Matanza) , piqueteros de la CCC y los estatales de Víctor De Gennaro. En el acto de salida de la marcha el día 5 estaba presente el dirigente Gildasio Ribeiro en representación de la Confederación de los Metalúrgicos de la CUT-Brasil, quienes en el día anterior había visitado la CTA y CGT con otros dirigentes de la CUT, para traer la solidaridad de la central brasileña al sindicalismo argentino.

En dos días recorrieron el trayecto de lo que en otros tiempos fue un pujante cordón industrial. Pero muchas fábricas estaban cerradas, y en las que están abiertas, hay atrasos de sueldos y deudas con los proveedores. Los participantes de la "Marcha Federal del Acero por el Trabajo y la Producción" comprobaron in situ los efectos del programa económico instaurado hace 27 años. "De no haber un shock distributivo donde la gente pueda consumir, el futuro de estas empresas es bastante incierto", denunció el ex titular de la UOM de Villa Constitución y actual diputado Alberto Piccinini (ARI), uno de los convocantes de la movilización.

"Son urgentes algunas medidas de protección a la industria nacional, como la implementación de créditos blandos. Tenemos que cambiar este modelo económico en cuanto a distribución de los recursos. Es necesario un shock distributivo, que se podría implementar a través del seguro de empleo y formación a los jefes y jefas de familia. Esta marcha fue un paso significativo.

Hoy nos juntamos con compañeros con quienes hemos tenido diferencias políticas y de estilo. Nos hemos juntado la gente de la producción, los desocupados, los comerciantes y pequeños empresarios. La confluencia está indicando el camino que debemos recorrer los argentinos, el de la unidad nacional, pero en serio. (Página 12, 08-03-02).

Proteccionismo a aço americano leva CUT a Brasília - O secretário geral da CUT Nacional, Carlos Alberto Grana, e Uriel Vilas Boas, diretor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) levaram ontem ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio as preocupações dos sindicatos de metalúrgicos e siderúrgicos brasileiros diante das medidas do governo George Bush, presidente dos EUA, de impor barreiras protecionista contra o aço brasileiro.

Esse protecionismo pode, segundo os sindicalistas, causar mais desemprego no país. O Secretário-Executivo do Ministério, que recebeu os sindicalistas no lugar do ministro por estar, naquele momento, participando de uma reunião extraordinária com o Fernando Henrique Cardoso, disse que o governo brasileiro considera as restrições "inaceitáveis", demonstrou estudos do Ministério sobre os impactos nas relações de emprego e a possível resposta brasileira.

O Secretário comprometeu-se em organizar reunião tripartite (trabalhadores, governo e empresários) para debater o tema ainda na semana que vem. Para o secretário-geral da CUT, Carlos Alberto Grana, o governo não deve levar em consideração somente a opinião dos empresários dos setores metalúrgico e siderúrgico do país. Deve também ouvir os sindicalistas e os trabalhadores.

A delegação da CUT também teve uma audiência com o embaixador Waldemar Carneiro Leão, do departamento de política comercial do Itamaraty e negociador do aço brasileiro nos organismos internacionais na parte da tarde.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), o Brasil produz, hoje, 32,4 milhões de toneladas de aço, em 12 empresas (proprietárias de 24 plantas). Foram investidos 10,2 bilhões de dólares nas usinas brasileiras, de 1994 a 2000. De 1971 até hoje, foram fechadas 22 plantas produtoras de aço. Entre 1989 e 2000, foram sacrificados 110 mil empregos diretos na área siderúrgica.

O Departamento de Comércio dos EUA estabeleceu, em decisão preliminar, que os produtos de aço laminado a frio importados do Brasil devem receber sobretaxas de até 12,58% (Usiminas e Cosipa) e de 8,22% para o aço da CSN. Segundo o IBS, o Brasil exporta, por ano, 185 mil toneladas de laminados a frio para os EUA, totalizando 54 milhões de dólares. (Informacut, 92, 08/03/02)

Força segue CUT e faz protesto contra barreiras ao aço nos EUA - A Força Sindical seguiu a CUT e também vai defender os interesses dos empresários brasileiros contra as barreiras de proteção ao aço impostas pelos Estados Unidos. A central vai promover às 11h de terça-feira um churrasco de hambúrguer em frente ao Consulado dos EUA em São Paulo (SP). A expectativa da Força é reunir 200 trabalhadores da Siderúrgica de Volta Redonda e da Usiminas durante o protesto. Além do churrasco de hambúrguer, os sindicalistas da Força estarão fantasiados de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos. (Folha Online, 07/03/2002)

Asamblea nacional del Frenapo - Alrededor de 700 delegados del Frente Nacional contra la Pobreza (Frenapo) realizaron una asamblea nacional con el objetivo de elaborar un plan de acción para salir de la crisis y avanzar con la creación de un seguro de empleo y formación de 380 pesos para los jefes de familia desocupados.

Los delegados, provenientes de todo el país trabajaron a partir de tres ejes: la consolidación orgánica del Frenapo a nivel nacional, la participación en todas las movilizaciones de resistencia al ajuste y el lanzamiento de un debate nacional para delinear un programa para salir de la crisis.

La Central de Trabajadores Argentinos (CTA) señaló que el referido programa será "plebiscitado ante la sociedad tras la asamblea nacional que se realizará el próximo 2 de mayo". Con respecto al seguro de empleo y formación -que el Frenapo sometió a consulta popular en diciembre último y que fue votado afirmativamente por casi tres millones de

personas-, se sostuvo que "hay que generar un shock redistributivo en el país y el seguro es una de las formas de hacerlo, asimismo, se decidió seguir ganando la calle, movilizándonos para instalar esta propuesta ". En este sentido, el Frenapo participará de la Marcha por la Producción programada por el gremio metalúrgico , adherirá al paro y movilización de docentes y estatales y se sumará a la marcha por el aniversario del último golpe militar. (La Nación, 03-03-02).

FUNSA en concordata - La empresa FUNSA se presentó a concordato preventivo judicial el día 4 de marzo con un pasivo de U\$S 35 millones. Los trabajadores se enteraron del recurso concursal, tras gestiones realizadas ante la empresa iniciadas luego de que descubrieron que en los cajeros automáticos a través de los que cobran sus haberes no estaban los montos comprometidos por pagos de sueldos y licencias de 2000. Dirigentes del sindicato se reunieron con Russell Ash (representante de la multinacional que Titán adquirió el 80% del paquete accionario de Funsa en 1998 con la intención de transformarla en su plataforma regional de venta de neumáticos que) y se enteraron de la decisión de la empresa. Luego los sindicalistas se reunieron con representantes del Ministerio de Trabajo y se fijó una reunión con representantes de la empresa para "saber exactamente cual es la situación".

Para los sindicalistas "la salida depende de que los acreedores acepten una propuesta de pago. Entre estos está la banca privada y oficial y los proveedores, pero también la llamada "deuda interna" de la empresa, que es dinero que Funsa le debe a Titan"

La mayoría del gremio se encuentra actualmente en seguro de paro. (Correo Sindical)

Número de trabalhadores com carteira assinada cai para 45,4% – No lugar de um déficit de R\$ 12,8 bilhões apurado no ano passado, a Previdência Social poderia ter tido um superávit de R\$ 3,8 bilhões, caso o percentual de trabalhadores com carteira assinada tivesse permanecido o mesmo da década de 90. Quem garante isso é o secretário de Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro. Ele disse que o percentual de trabalhadores com

Brasil é um dos líderes em desemprego - Entre 1986 e 1999, o país pulou do 13º para o 3º lugar entre os países que têm o maior número de pessoas sem trabalho, num universo de 141 nações de todo o mundo. Pelos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 7,7 milhões de desocupados no país, número inferior apenas aos desempregados da Índia (39,9 milhões) e Rússia (9 milhões).

O economista e secretário municipal de Trabalho de São Paulo, Marcio Pochmann lembra que, em 1986, o país tinha 2,75% da PEA mundial e respondia por 1,68% do desemprego global. Em 1999, a participação do Brasil na PEA global era de 3,12%, mas sua participação na taxa de desemprego do mundo era de 5,61%.

Em 1975 e 1999, a taxa média de desemprego no mundo cresceu 53%, passando de 4,04% para 6,18%. Nas nações subdesenvolvidas, o aumento chegou a 200%. No Brasil, nesse intervalo a taxa média de desemprego passou de 1,73% para 9,85%, um aumento de 369,4%. (JB On Line, 08/03/02)

carteira assinada caiu de 57,5% para 45,4% em uma década. De acordo com o secretário, atualmente cerca de 40,2 milhões de trabalhadores não contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

É essa crescente **informalização do mercado de trabalho**, que vem preocupando a Previdência. Sem o ingresso das contribuições desses trabalhadores e suportando aumentos reais do salário mínimo todo ano, o déficit do INSS passou a ser crescente e ficou ainda mais evidente com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, maior do que a projetada pelo governo. A relação do déficit da Previdência Social com o PIB ultrapassou, em 2001, 1,1%, uma vez que a expectativa de crescimento de 2% no ano, não se realizou e acabou ficando em 1,5%. Para este ano está previsto um déficit de R\$ 16 bilhões só para o INSS.

Para desarmar essa bomba-relógio de déficits crescentes a serem cobertos pelo Tesouro Nacional, a Previdência Social vem investindo na filiação dos autônomos, ao mesmo tempo que torce pela maior formalização da força de trabalho. A participação dos trabalhadores com carteira assinada no total de pessoas ocupadas em 2001 apresentou um crescimento de 1,3 ponto percentual em relação a 2000. (O estado de São Paulo, 09/03/02)

Ojeda afirmó que congreso de la CNT fue una farsa- En el congreso extraordinario convocado por el comité ejecutivo de la CNT en ningún momento se pidió la separación de Ojeda de su cargo. La ausencia del dirigente al encuentro sirvió para que sea aun más

cuestionado por sus propios compañeros, quienes aclararon que ya no están dispuestos a soportar ser presionados y hacer cosas que son del agrado del secretario general.

En ese sentido, Ojeda manifestó a este diario que “el congreso desarrollado fue una farsa, un show más de Juan Torales y su grupito para no tratar el caso de la ONAC, entidad que recibió tres millones de dólares del Gobierno sin que hasta el momento sus dirigentes hayan aclarado el destino final del dinero. En el último congreso ordinario el mandato fue que no se iba a administrar dinero alguno del Estado. Pero se violó. Le pido a los compañeros para hacer un congreso en forma conjunta para que ahí se debata el problema que afecta a nuestra central”, dijo.

El gremialista denunció que campesinos encabezados por Angel Giménez forzaron los armarios de la secretaría de finanzas y se apoderaron de numerosos documentos. Ojeda confía en que la intención de ellos es crear una coartada en contra suya.

Reiteró que ellos harán el próximo 15 su congreso en el local de la CNT con la presencia de unas 1.000 personas.

Torales, por su parte, reiteró que el problema con Ojeda no es personal. Indicó que su colega se molestó porque dos hombres suyos de confianza (Juan Ruiz Díaz y Celso Cáceres) dejaron de pertenecer a la conducción diaria. “Este es el trasfondo de todo este lamentable impasse”, señaló. *(ABC Color, 09/03/2002)*

Empiezan las clases con paro en la mitad de las provincias - No habrá clases en siete de las 14 provincias donde se inicia el ciclo lectivo. En protesta por los recortes educativos, alarmados por el creciente empobrecimiento de los alumnos y por el aumento de la deserción en el secundario, los gremios docentes de Buenos Aires, Entre Ríos, Tucumán, Catamarca, Jujuy, Corrientes y Río Negro convocaron a un paro de 24 horas. Los maestros bonaerenses irán a la escuela, pero solamente para explicar a los padres las razones de la medida de fuerza. La intención de los docentes es generar algún tipo de alianza con los padres y acordar estrategias conjuntas ante la crisis. En la Ctera parten de que el 59 por ciento de los niños en edad escolar son pobres, hijos de desocupados o de trabajadores con ingresos ínfimos y entienden que no habrá salida posible sin esa participación.

Los docentes privados se sumarán a la huelga en los distritos de Buenos Aires, Catamarca, Entre Ríos y Tucumán; en los cuatro casos harán paro sin concurrencia a los lugares de trabajo.

Las protestas fueron definidas a nivel provincial y agrupan reclamos diversos. Los principales son en reclamo del pago del incentivo docente, su incorporación al presupuesto 2002, el cobro a término de los sueldos y el rechazo a los bonos con los que algunos gobernadores están cubriendo el 100 por ciento de los salarios. Finalmente, se rechazan los ajustes de los presupuestos de educación locales, que con la firma del pacto fiscal entre Nación y provincias acaban de quedar bajo la amenaza de nuevos achiques.

El **lunes 14**, la Ctera realizará un **paro nacional** y los docentes buscarán sumar a los padres al reclamo en defensa de la educación pública. El gremio piensa básicamente en dos tipos de medidas: crear mecanismos de protección para los alumnos más vulnerables con el objetivo de mantenerlos en la escuela (con el tema de la alimentación en primer plano), y generar la posibilidad de que el sistema educativo incluya en sus programas un debate sobre la situación. *(Pagina 12, 04-03-02).*

Químicos alertam governo sobre evasão de empresas para o exterior - O presidente da CNQ-CUT (Confederação Nacional dos Químicos), Edilson de Paula Oliveira, levou ao ministro uma carta em que afirma que outras empresas saíram do país nos últimos 12 meses em função da facilidade na transferência da produção e posterior importação dos mesmos insumos de outros países. Além das fábricas da Basf e da Rhodia, também foram transferidas as unidades da DyStar, em São José dos Campos, e da Bayer, em Camaçari, na Bahia. O presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Sérgio Novais, vê risco de saída de novas empresas.

Oliveira destacou vários pontos que colocam a indústria química nacional em desvantagem na atração de investimentos das multinacionais, apesar de a produtividade do setor ter crescido 45% ante 32% do restante da indústria. De acordo com ele, produtos químicos pagam muito

menos para entrar no país do que outros produtos industrializados. Por isso, o déficit comercial do setor (importações maiores que exportações) chegou a US\$ 7,5 bilhões em 2001, cinco vezes mais do que em 1991. Ele também vê esvaziamento dos investimentos. No ano passado, o BNDES financiou R\$ 688 milhões para a produção de químicos. O setor que gera 15% da riqueza industrial teve 5% do financiamento.

O ministro prometeu agendar uma nova reunião com os sindicatos e com a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química). Neste encontro ele vai mostrar um estudo recente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) sobre a competitividade do parque industrial químico do país. (Diário do Grande ABC, 09/03/2002)

Renault suspendió por un año a 850 operarios - Los despidos masivos en Renault Argentina, que parecían inminentes, fueron reemplazados por suspensiones permanentes con remuneraciones mensuales de 400 pesos (equivalentes al 50% del salario de bolsillo promedio) y conservarán la obra social. Luego de febriles negociaciones, las autoridades de la automotriz francesa y los dirigentes del Sindicato de Mecánicos (Smata) lograron un acuerdo por el cual serán suspendidos por doce meses los 857 trabajadores que la firma consideraba "excedentes", según el paupérrimo programa de producción que impone la crisis por la que atraviesa el sector.

A su vez, en el caso de una eventual reactivación del mercado que requiera más mano de obra, estos trabajadores tienen prioridad. Así, Renault queda imposibilitada para tomar nuevos empleados. De todos modos, es poco probable que la empresa requiera en el mediano plazo incrementar su personal. De hecho, no está confirmado cuándo se reincorporarán los 500 trabajadores que quedan en actividad, ya que la planta está paralizada desde diciembre pasado y no existe fecha cierta de reapertura. (La Nación, 02-03-02).

Empresarios y PIT-CNT piden medidas de reactivacion productiva- El secretariado Ejecutivo del PIT-CNT y 28 gremiales empresariales coincidieron ayer en que el actual camino de la política económica conducirá al país a una situación similar a la de Argentina.

Entre los acuerdos concretos que se alcanzaron estuvo la conformación de una comisión integrada que trabajará con base en medidas para la reactivación del mercado productivo, del mercado interno, mejorar la competitividad de las empresas exportadoras y la reafirmación del MERCOSUR por encima de los acuerdos fuera del Tratado de Asunción. (La República 6/3/02).

La CGT recibió ayer al FMI - El enviado del Fondo Monetario Internacional en Buenos Aires, el indio Anoop Singh, se reunió ayer con los "gordos" de la Confederación General del Trabajo para escuchar su visión sobre la crisis argentina. Fue en la sede central de la UOCRA, el gremio de la construcción, y la reunión duró una hora y media. También se encontró con el ministro de Economía, Jorge Remes Lenicov.

Acompañado por el representante del Fondo en el país y otros técnicos del organismo, Singh hizo algunas preguntas a los gremialistas sobre su visión en torno al corralito financiero, a las alternativas de salida y expresó la voluntad del FMI de ayudar "rápidamente al país", según dijeron en la CGT. Pero básicamente se sentó a escuchar, como había hecho el jueves ante legisladores.

El titular de la central obrera Rodolfo Daer, Andrés Rodríguez de UPCN, Armando Cavalieri de los mercantiles y Carlos West Ocampo del gremio de la salud fueron los encargados de trazarle un cuadro de situación. Siempre según ellos mismos, Singh les dijo que fue la mejor exposición que escuchó hasta ahora.

Los sindicalistas defendieron las retenciones a los grandes exportadores ("los trabajadores ya perdieron la mitad de su salario por la devaluación, en término de dólares, y los ahorristas quedaron atrapados; también esos grupos económicos deben hacer su parte", le dijeron) y le señalaron que el plan de Remes Lenicov está atado a la negociación y al apoyo del FMI. "No hay otra cosa", reconocieron.

Según le dijeron al enviado de Washington, "no hay espacio para elecciones, ni para una nueva asamblea constituyente. Votaría sólo 10 % del electorado", arriesgaron. También sostuvieron que el margen de maniobra del Gobierno "es mínimo". Y luego le dieron a la misión

del FMI su visión sobre los trabajadores, los desocupados y el rol de la clase media. (Clarín, 09/03/02)

Força quer presidenciais no 1º de Maio- A Força Sindical quer levar ao ato do 1º de Maio deste ano os presidenciais com pelo menos 5% de intenções de voto para apresentarem suas propostas de governo sobre emprego e salários. A idéia é que os candidatos gravem seus depoimentos no dia 29 de abril em um debate com cerca de 1.500 trabalhadores, empresários e sindicalistas que acontecerá na praça Campo de Bagatelle (zona norte de São Paulo). O debate será feito em parceria com a Bovespa e organizado pelo Instituto Atlântico.

A Força pretende fazer eventos para comemorar o Dia do Trabalho durante cinco dias. A idéia é disponibilizar serviços para a retirada de documentos e consultas médicas desde o dia 27. A central deve gastar cerca de R\$ 2,5 milhões para promover shows e sorteios -empresas devem comprar cota de patrocínio a exemplo do que ocorreu no ano passado. Além da festa marcada para o dia 1º na praça Campo de Bagatelle, com sorteio de prêmios e shows, a central deve fazer eventos em Osasco, Guarulhos e Santo André.

A CUT não definiu ainda como será sua manifestação no 1º de Maio, mas informou que deve realizar atos nas principais capitais do país. A SDS (Social Democracia Sindical) deve concentrar suas comemorações no Rio. A central planeja fazer shows populares e oferecer serviços gratuitos. (Folha Online, 09/03/2002)

Mercosul Exportações brasileiras para Argentina crescem 13,8% -

Apesar do déficit de US\$ 31 milhões na balança comercial na 3ª semana de fevereiro, as exportações brasileiras diárias para a Argentina cresceram 13,8%, em relação a janeiro de 2002. A recuperação deveu-se principalmente ao aumento das vendas de produtos manufaturados do setor de transportes. As importações também apresentaram, na terceira semana do mês, crescimento de 25,4% em relação ao mesmo período deste ano. O aumento das compras de trigo e petróleo argentinos foi o que mais influenciou no resultado das importações brasileiras referentes ao país vizinho.

As exportações subiram de US\$ 6,5 milhões para US\$ 7,4 milhões e as importações passaram de US\$ 16,9 milhões para US\$ 21,2 milhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em janeiro, as exportações para a Argentina caíram 64,2% em relação ao mesmo mês de 2001, passando de US\$ 399 milhões para US\$ 143 milhões. Foi de longe a maior queda em janeiro, se comparadas as regiões receptoras dos bens brasileiros.

A balança encerrou janeiro com superávit de US\$ 175 milhões. Em fevereiro, até a semana passada, o saldo estava positivo em US\$ 193 milhões, o que significa um acumulado de US\$ 368 milhões no ano, incluídos os aviões reexportados. A secretária informou também que em breve o Brasil vai registrar um volume maior de importação por conta da internalização de aviões.

La justicia del Mercosur - En la reciente reunión cumbre semestral del Mercosur se decidió la reformulación del Sistema de Solución de Diferencias, por medio del cual los países miembros del bloque dirimen sus controversias.

La decisión más importante que se adoptó fue la de crear un Tribunal Permanente de Revisión, con lo cual se fortalecerá de manera decisiva el carácter institucional de la estructura jurídica destinada a resolver las divergencias entre los Estados integrantes de la alianza regional.

Es significativo que este importante avance se haya registrado en un momento en que prevalece notoriamente el escepticismo respecto del proceso de integración en esta región del continente, como lo revelaron recientes manifestaciones y decisiones provenientes de los más altos niveles políticos de Uruguay y Paraguay.

El nuevo ordenamiento tendrá inicio formal en la nueva reunión cumbre de mitad de año, en la cual quedarán designados los jueces del nuevo tribunal.

Se pondrá en marcha, así, el flamante Tribunal Permanente, al que los Estados partes del Mercosur podrán recurrir luego de haber transitado el camino de las "consultas" previas y de los fallos de los tribunales ad hoc, constituidos para cada caso, que son los que actualmente conforman el sistema.

El Tribunal Permanente actuará a pedido de los Estados partes como instancia de revisión de los fallos de los tribunales ad hoc, pero limitándose a las cuestiones de derecho y a las interpretaciones jurídicas tratadas en la controversia de que se trate.

Los fallos del Tribunal Permanente serán inapelables y cerrarán el acceso al Tribunal de la Organización Mundial del Comercio (OMC), con sede en Ginebra. Eso significa que si se recurre a uno no se puede repetir el recurso en el otro.

La modificación del Sistema de Solución de Diferencias parece haberse inspirado en el sistema de la OMC, que prevé precisamente un Tribunal de Apelación, sujeto a las mismas limitaciones: sólo entenderá en cuestiones de derecho y no en las otras. En la OMC, los asuntos no jurídicos son material de los llamados "paneles" de expertos, que en el Mercosur tienen su espejo o correlato en los tribunales ad hoc.

Una innovación interesante consiste en la creación de la vía de acceso directo de las partes al Tribunal Permanente. Cuando se utilice esa vía, el tribunal tendrá atribución para intervenir en todas las materias, sin las limitaciones expresadas más arriba.

La constitución del Tribunal Permanente de Revisión tiene ventajas respecto del sistema anterior por cuanto abre el recurso de apelación -que no existía- y también porque permitirá ir creando mayor especialización y jurisprudencia mas firme en la justicia del Mercosur. En tal sentido, el nuevo sistema proveerá de mayor garantía de buen juicio a las partes.

Hubiera sido conveniente acrecentar la transparencia de los procesos previos a los fallos, habilitando, además, la posibilidad de que algunos jueces emitan votos en disidencia, siempre que lo hagan con la debida difusión pública. En la actualidad, los votos en disidencia están vedados.

Un tema no resuelto es el posible acceso de los particulares a las controversias. Hasta ahora, el particular interesado sólo puede actuar como denunciante y no como litigante, de modo que sólo puede acceder al sistema pasando por el tamiz del Estado al que pertenece.

Un interrogante que excede la existencia de los tribunales es la vocación de las naciones del Mercosur de acudir a las formas jurídicas de resolución de las controversias en lugar de buscar acuerdos políticos entre jefes de Estado u otras armas ampliamente utilizadas hasta ahora.

Un hecho que no puede pasarse por alto en cuanto a cuestiones jurídicas es la condicionalidad que sufren las normas del Mercosur tanto en Brasil como en Uruguay. En esos dos países no se reconoce la supranacionalidad de las normas acordadas, lo cual obliga a que la legislación del Mercosur deba ser incorporada de manera expresa, en cada caso, a la legislación de los Estados partes.

Pero no sólo eso, sino que, por ejemplo, la eventual sanción de una nueva ley en Brasil podría provocar la caducidad de la norma Mercosur. Por otra parte, la Unión Aduanera tiene otras inconsistencias que aún no han podido ser superadas. Por supuesto, la debilidad argentina aconseja acometer estas cuestiones con suma precaución.

Sin perjuicio de ello, la integración debe continuar y perfeccionarse. El nuevo Tribunal Permanente, si es utilizado en toda su plenitud, ayudará decisivamente a marchar en la buena dirección. (Editorial) (*La Nación/Argentina*, 05/03/02)

La preocupación por la Argentina dominará la asamblea del BID - La crisis argentina dominará la asamblea anual del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) que reunirá en Brasil a ministros de finanzas y presidentes de bancos centrales del continente a partir del domingo.

El tema que más preocupará a las autoridades del continente será la crisis argentina, ya que si bien aún no contagia a otras economías vecinas, podría hacerlo si se prolonga.

El domingo habrá una conferencia sobre la Argentina, cuya duración fue ampliada a todo un día para que tratar los alcances de la crisis en detalle.

El ministro de Economía, Jorge Remes Lenicov, hablará en la conferencia encabezada por el economista jefe del BID, Guillermo Calvo, y a la que asistirán ministros, banqueros e inversionistas privados. (Patagon, 09/03/02)

Se complica negociación comercial Chile-UE - Más complicadas de lo previsto están resultando las negociaciones entre Chile y la Unión Europea para llegar a un acuerdo que concrete un Tratado de Libre Comercio entre ambas partes.

Ayer, la Canciller Soledad Alvear trató de restar dramatismo a las declaraciones del día previo del negociador europeo Pascal Lamy, quien dejó entrever a "El Mercurio" que si no están incluidos el tema de los licores y el acceso a los recursos marinos en el tratado de libre comercio con la Unión Europea (UE) "no hay negociación".

La ministra dijo que esto no puede ser considerado un ultimátum.

A su juicio, cada una de las partes involucradas en la negociación ha establecido cuáles son sus puntos sensibles, lo que es propio de una situación como ésta.

Respecto de los licores, la Canciller dijo que en las próximas horas la UE entregará un listado sobre las denominaciones y sus marcas. Sólo una vez que se conozca ese listado podrá realizar una evaluación completa.

Otro de los temas sensibles presentado por la UE corresponde al de los servicios financieros. Sobre este ítem, el Ministerio de Hacienda, dijo Alvear, ya efectuó la presentación de la propuesta chilena y agregó que el país espera tener un capítulo especial sobre esta materia, que incluso contemple un mecanismo de solución de controversias.

Entre los temas que más problemas generan están los sectores vitivinícola, agrícola y pesquero, en que ambas partes han dado a conocer posiciones donde existen discrepancias. (El Mercurio/Chile, 05/03/02)

Batlle ratificó actual política cambiaria para todo el año - El presidente Jorge Batlle ratificó ayer la política cambiaria vigente para todo lo que resta de este año y dijo que por ahora no se adoptarán medidas para proteger el mercado local de importaciones argentinas porque el vecino país no está exportando ni se sabe qué tipo de cambio tendrá. El primer mandatario respondió de esta forma a algunos de los planteos realizados días atrás por tres de las principales gremiales empresariales (Cámara de Industrias, Cámara de la Construcción y Asociación Rural del Uruguay) al señalar que no se tomarán "por el momento" medidas concretas para frenar las importaciones desde Argentina porque "no se sabe si lo que va a ocurrir será en un sentido o en otro".

Fuentes empresariales y del gobierno dijeron a El Observador que las cámaras empresariales solicitaron a Batlle un aumento en el nivel de devaluación, la implantación de trabas para algunas importaciones argentinas, mecanismos arancelarios y paraarancelarios de protección y un sistema de devolución de impuestos (ver edición de jueves 8).

El director de la empresa Leb SA, el uruguayo Luis Eduardo Peláez, dijo a El Observador que una mayor devaluación del peso sería "algo interesante", porque reduciría "el costo producción dentro del país". La firma está integrada por capitales uruguayos y brasileños y tiene su sede en la ciudad de San Pablo. (El Observador/Uruguay, 08/03/02)

Brasil multará a automotrices- El gobierno brasileño no será tan generoso con las terminales automotrices como había sugerido en negociaciones con la Argentina. Ahora, el Ministerio de Desarrollo e Industria está decidido a cobrar la multa a las empresas fabricantes de autos radicadas en Brasil que importaron desde Buenos Aires más vehículos de lo que les estaba permitido. En la lista figurarían cuatro firmas. Serían Ford, Toyota, Peugeot y Renault. Argentina le vendió muchos más autos y componentes de los que compró a Brasil. El superávit exportador que benefició a las terminales argentinas fue de más de 900 millones de dólares.

Esas ventas adicionales a Brasil permitieron no cerrar las puertas de las plantas instaladas en Córdoba y Buenos Aires. Esa mayor exportación argentina compensó la fuerte caída de la demanda interna de unidades. Brasil sugirió que una forma concreta de ayudar a Argentina, evitando más conflictos de los que ya tiene, era precisamente condonar la multa de las empresas automotrices. Esa promesa no prosperó y Brasil empezó a identificar las empresas que no cumplieron con el compromiso de mantener un comercio equilibrado. Estas firmas

tendrán que pagar por el exceso de autos importados de Argentina el impuesto que grava los vehículos que vienen desde terceros países. En realidad, esta norma forma parte del acuerdo automotor del Mercosur firmado por los cuatro socios del bloque. (*Clarín*, 05-03-02).

Brasil lleva a la OMC la disputa por los pollos con la Argentina - Brasil decidió formalizar una denuncia contra la Argentina en la Organización Mundial de Comercio (OMC). Se trata del conflicto de los pollos. A mediados de 2000, la Argentina impuso una medida antidumping que obligaba a los productores brasileños de pollos a entrar con un precio mínimo por tonelada. Según los reclamos del sector avícola argentino, los productores brasileños estaban vendiendo los pollos más baratos en la Argentina de lo que los comercializaban en su propio país. El gobierno brasileño, en su momento, consideró la medida irregular, aseverando que la decisión no estaba bien fundamentada y que los productores brasileños no habían podido defenderse como correspondía en el Tribunal del Mercosur.

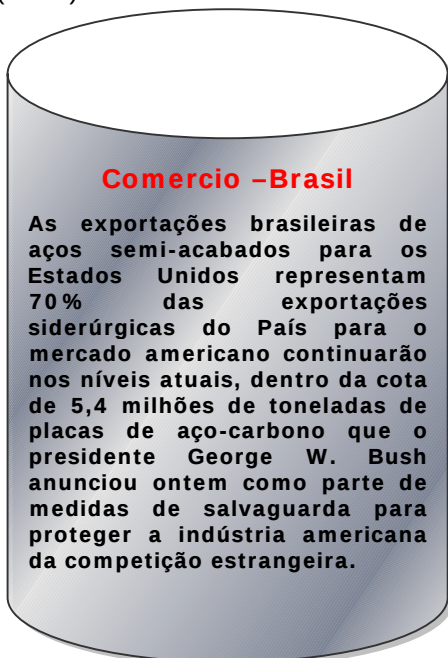
Con esa idea, Brasil inició algunos meses después los trámites para luchar contra esa medida en la OMC. Itamaraty informó que decidió solicitar formalmente la apertura de un tribunal que juzgue el caso.

Aun así, la decisión brasileña sorprendió, ya que las autoridades diplomáticas de ambos países habían sellado la paz usando tres términos diplomáticos en inglés: roll back (eliminar conflictos pasados), stand still (literalmente "quedarse quietos", no iniciar más conflictos) y peace closed (paz sellada). Por otro lado, se había aceptado también de ambos lados que los casos que están siendo juzgados continúen la tramitación en sus respectivos foros, con una negociación paralela de los gobiernos para acelerar la solución final. Negociación que a su vez se vio facilitada tras la devaluación del peso argentino. (*La Nación*, 06-03-02).

ALCA, U E, OMC

As medidas americanas de proteção ao seu mercado

de aço - A decisão oficializada ontem pela Casa Branca é a palavra final do presidente Bush sobre o processo de salvaguardas iniciado em junho do ano passado para o ineficiente setor siderúrgico dos EUA e para pagar promessa eleitoral. A União Européia e vários parceiros comerciais dos EUA prometem contestar as barreiras na Organização Mundial de Comércio (OMC).



Imposição de cota e tarifas de 8 a 30% por três anos sobre os vários produtos de aço exportados para aquele país.

A decisão vigora a partir do dia 20 e afeta as vendas da União Européia, Japão, Brasil, Coréia do Sul, China, Rússia e Ucrânia que excedem o nível de 3% das importações americanas. A cota fixada pela Casa Branca exclui as exportações do México e do Canadá, que integram o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). Outros países em desenvolvimento - Argentina, Tailândia e Turquia - ficaram isentos porque as exportações para os EUA excedem 3% das importações americanas. Os impostos terão a duração de três anos e podem ser ajustados se as condições permitirem.

Produtos siderúrgicos acabados, que foram praticamente alijados do mercado americano nos últimos anos por ações anti-subsídios e antidumping iniciadas pela indústria local, continuarão a ter seu acesso barrado por tarifas variáveis de 8% a 30%.

Aços planos, categoria na qual as empresas brasileiras estão entre as mais eficientes e competitivas do mundo, terão tarifa de 30%, suficiente para manter o mercado trancado.

Mas em algumas categorias, nas quais as exportações brasileiras representam menos de 3% das importações americanas, e estas estão abaixo de 9% do consumo total do produto, o Brasil poderá ser beneficiado por cláusulas das legislações internacional e americana, que isentam países em desenvolvimento de tarifas impostas em processos de salvaguarda.

O diretor jurídico do escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Peter Davidson, informou que o Brasil terá 51% da cota, "com base nas suas exportações em 2001". A cota aumentará em 500 mil toneladas por ano durante o triênio de vigência das salvaguardas. Acima da cota, as importações de semi-acabados terão tarifa de 30%.

Petter Allgeier, o número dois do USTR, disse que a decisão sobre a cota de aço-carbono foi tomada com a preocupação de acomodar a reivindicação brasileira de manter seu atual nível de participação no mercado dos EUA. (*Valor Econômico*, 07/03/02)

LEIA NO ANEXO AS PRIMEIRAS AVALIAÇÕES DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS SOBRE OS IMPACTOS DA MEDIDA

Europa também terá cotas para proteger seu aço- Barcelona, Espanha, 8 de Março de 2002 - UE espera reação dura do Brasil contra lista de Bush As siderúrgicas da Europa querem que a Comissão Européia comece a aplicar, já em abril, cotas para importação de aço procedente de outras regiões produtoras - entre elas o Brasil. "Temos que evitar na Europa um aumento incontrolável de produto que não poderá entrar nos Estados Unidos depois da lista de barreiras impostas pelo presidente George W. Bush", disse um diretor da poderosa Confederação de Indústrias de Ferro e Aço da Europa (Eurofer). Pascal Lamy, o comissário europeu para o comércio, por intermédio de seu porta-voz, Anthony Gooch, disse que medidas de proteção "certamente serão agilizadas". Mas ressaltou que elas só serão impostas quando for constatado aumento efetivo de exportações para os 15 países membros do bloco. "De toda maneira, o monitoramento que estamos fazendo é forte", disse.

A União Européia formalizou ontem pedido de consultas com os Estados Unidos sobre a decisão de impor salvaguardas. É o primeiro passo para pedir o estabelecimento de um panel (comitê de investigação) na Organização Mundial do Comércio (OMC). O prazo para consultas é de 60 dias. A União Européia continua esperando uma atitude firme do Brasil, a exemplo do que anunciaram países como o Japão. Mas em Bruxelas fontes lembram que Pascal Lamy recebeu uma resposta evasiva do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, na semana passada, em sua passagem por Brasília. "Se o Brasil coloca em prática na OMC sua oratória dura, será mais fácil o ataque contra os Estados Unidos", comentou fonte européia. Gooch confirmou que também será solicitada compensação comercial aos Estados Unidos por causa das barreiras impostas ao aço europeu, como prevê o Acordo de Salvaguardas da OMC. As exportações européias de produtos afetados pelas novas tarifas nos EUA alcançaram 3,7 milhões de toneladas em 2001, no valor de 1,8 bilhão. (*Gazeta Mercantil*- 08/03/02)

Europa vai adotar salvaguardas, mas promete preservar os atuais mercados- As exportações de aço do Brasil para a União Européia não devem ser prejudicadas pelas salvaguardas que os europeus vão adotar. Haverá restrições apenas para expandir as vendas aos mercados da UE. O porta-voz para assuntos de comércio da Comissão Européia, Anthony Gooch, disse que as medidas - que podem ser adotadas até o fim do mês - estão sendo feitas de tal forma a manter o atual nível de importações de produtos siderúrgicos pela União Européia.

Antes das medidas, a UE deve iniciar processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) para conseguir a condenação das salvaguardas americanas e, para isso, pretende que todos os países atingidos atuem de forma conjunta. "Estamos em contato com outros países afetados por essas medidas, particularmente Japão, China, Brasil e Coreia, visando a coordenar nosso protesto contra essas medidas", disse o comissário para assuntos de comércio da UE, Pascal Lamy, por meio de porta-voz.

O comissário está convencido de que vai ganhar o processo e indicou que a UE poderá retaliar os EUA. Lamy afirmou que as salvaguardas americanas contradizem as regras da OMC, que prevêem que as medidas só podem ser adotadas se há um aumento de importações. Segundo a UE, o volume de importações americanas encolheu 33% desde 1998. Lamy disse que vai

pedir aos americanos que proponham medidas compensatórias à UE no mesmo valor das exportações europeias que forem atingidas pelas salvaguardas impostas pelos EUA.

Os europeus argumentam que as salvaguardas que pretendem impor são uma forma de proteger suas indústrias do desvio de comércio que as sobretaxas impostas pelo governo americano às importações de aço vão provocar. Ou seja, as salvaguardas anunciadas terça impedirão a entrada de produtos siderúrgicos nos EUA e os países vão buscar outros mercados para vender o excedente, especialmente o da UE. Para evitar prejuízos até que o caso seja julgado na OMC, a UE vai adotar salvaguardas que serão discutidas entre os 15 países membros no dia 12.

Pelos cálculos da UE, 16 milhões de toneladas de aço poderão ser desviadas para a Europa, especialmente de países da Ásia, que tiveram suas exportações barradas nos EUA. Além disso, a própria UE deixa de exportar 4 milhões de toneladas para o mercado americano. *(Valor Econômico, 07/03/02)*

Argentina seguirá exportando acero a los EE. UU.- El presidente norteamericano, George W. Bush, anunció la imposición de aranceles de hasta el 30% para la mayoría de las importaciones de acero durante tres años por presunto daño a su industria. Sólo salvó a sus socios regionales, Canadá y México, y a los países en desarrollo que supongan menos del 3% del total importado por Estados Unidos y pertenezcan a la Organización Mundial de Comercio (OMC). En este grupo se incluye a la Argentina.

Techint, Acindar y las demás siderúrgicas locales podrán seguir enviando sus productos a la superpotencia. El titular del Centro de Industriales Siderúrgicos (CIS), Carlos Leone, dijo que "a primera vista" ya no quedarían barreras a las exportaciones siderúrgicas en Estados Unidos, ni siquiera las salvaguardias y las medidas antidumping (contra precios por debajo del costo, lo que se considera competencia desleal) que pesaban sobre la mayoría de ellas. *(La Nación, 06-03-02)*.

Criação da Alca fica mais difícil, diz empresário - A decisão do governo americano de impor sobretaxas de até 30% sobre o aço importado vai provocar desemprego no Brasil e prejudicar seriamente as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os comentários são do presidente do Comitê Executivo da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AmCham), Robert Mangels.

"As usinas vão reduzir a produção de aços planos e isso, possivelmente, vai provocar desemprego. Os preços no mercado nacional podem cair um pouco. Mas confio na criatividade e na agressividade da indústria brasileira", diz.

Quanto aos efeitos negativos sobre a Alca, o empresário diz que a medida do governo de George W. Bush teve "timing" péssimo. Em maio serão iniciadas as negociações sobre acesso a mercados no acordo hemisférico. Em novembro, Brasil e Estados Unidos assumem a presidência do processo.

Mangels informa que as Câmaras Americanas de Comércio de São Paulo e do Rio estão formalmente criticando a decisão porque ele vai dificultar o comércio entre os dois países. Ele afirma que o presidente Bush cumpriu uma promessa de campanha ao proteger 160 mil empregos mas acabou prejudicando todos os consumidores do aço. "Estão exportando um problema previdenciário", critica Mangels. Ele explica que o alto custo de produção do aço americano - cerca de US\$ 100 por tonelada - é provocado principalmente pelo rombo de US\$ 10 bilhões dos fundos de pensão das indústrias do setor. São 160 mil trabalhadores ativos e cerca de 500 mil aposentados. O "lobby" do aço tentou convencer o governo a assumir esse rombo, mas não teve sucesso.

Mangels reconhece que o governo de Bill Clinton foi menos sensível a essas pressões. Em 1994 e 1998, o "lobby" do aço pediu medidas de proteção contra as importações, mas a International Trade Commission (ITC) as rejeitou. Mas essa posição mudou. Outra consequência das medidas protecionistas, segundo Mangels, é uma troca de fornecedores.

Já na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Horácio Lafer Piva, as medidas de restrição ao aço estrangeiro podem ser um recado indireto do governo americano para acelerar os acordos comerciais que o país busca. "Ao que me

consta, as propostas não atingiram os países que compõe o Nafta, ou seja elas podem servir de recado para mostrar o que se ganharia aderindo com rapidez à Alca". (Valor, 07/03)

EMPRESAS E SETORES

Buscan exportar más automóviles - Las empresas automotrices visitaron ayer al presidente Eduardo Duhalde, quien dio instrucciones a los ministerios de Economía y de Producción para que impulsen medidas coordinadas para incrementar el nivel de exportaciones de automóviles, principalmente hacia los países del Mercosur.

"El primer objetivo es consolidar la relación con el Mercosur, terminar de perfeccionar los acuerdos vigentes con Brasil, México y con Chile", afirmó el director ejecutivo de la Asociación de Fabricantes de Autos (ADEFA), Miguel Zorraquín, al término de la reunión con Duhalde en la quinta de Olivos.

Destacó que de lograr esos objetivos, la industria automotriz registraría "un incremento muy grande de la producción y generará otra vez actividad. En tres o cuatro meses se reactivaría la producción", afirmó.

Actualmente el sector ocupa en forma directa a 18.000 personas y, según Zorraquín, si se expanden la exportación "las automotrices deberían tomar más empleados".

La cantidad de vehículos exportados por la industria argentina tuvo su pico en 1998 con casi 250.000 unidades. Pero en 1999 el total exportado no llegó a las 100.000 unidades. Registró una leve suba el año pasado, con 140.000.

También participaron de la reunión el titular de Adefa, Luis Ureta Sáenz Peña, y los directivos Juan Manuel Lardizábal, Tomio Katsuta, Jonathan Holcomb, Cristiano Rattazzi, Enrique Alemañy, Vincenzo Barello, Nestor Rapanelli y Viktor Klima. (Clarín/Argentina, 08/03/02)

Anfavea critica adiamento do acordo com o México por causa do Mercosul- O Brasil poderia exportar muito mais veículos para países como o México, não fosse a necessidade de o governo brasileiro precisar da aprovação da Argentina e Uruguai para fechar acordos externos de redução tarifárias. A crítica foi feita por Ricardo Luiz dos Santos Carvalho, presidente da Anfavea, ao se referir aos problemas que o país enfrenta para se entender com o Mercosul.

Há meses o México e o Brasil já se entenderam para reduzir progressivamente os impostos de importação de veículos brasileiros de 23% para 8%. Mas o acordo não sai por causa da situação delicada da Argentina e seus receios com alguns entendimentos comerciais".

Um dos entraves para o acordo em bloco do México com o Mercosul seriam as exigências que o governo mexicano faz para que os países do Cone Sul abram suas fronteiras para produtos químicos e eletroeletrônicos. Trata-se de uma contrapartida diante do bom desempenho que o Brasil tem registrado nas vendas de veículos, chassis e autopeças para o México. "Nossas exportações para aquele país cresceram de US\$ 348 milhões para US\$ 1,113 bilhões entre 1998 e 2001, enquanto as vendas do México para o Brasil se expandiram de US\$ 131 milhões para US\$ 208 milhões".

Carvalho afirmou que não estava criticando o Mercosul, mas levava em consideração que "os países do bloco não podem prejudicar os acordos internacionais do Brasil". Ele lembrou que a Argentina teve um superávit de US\$ 600 milhões nas vendas de veículos, máquinas agrícolas e autopeças para o Brasil em 2001, contra os US\$ 200 milhões de 1998. Isso porque a Argentina tem enfrentado uma brutal queda de poder aquisitivo nos últimos anos e direcionado a produção para cá.

Retomada das exportações - Apesar dos problemas de entendimento com o Mercosul, as montadoras brasileiras conseguiram aumentar suas exportações em unidades em 27,1% em fevereiro, em relação a janeiro passado. O número de veículos somou 23.288 unidades, o equivalente a US\$ 240,6 milhões. Nos dois primeiros meses de 2002, o total atingiu 41.610 veículos.

Houve retração de 1% sobre as 42.032 unidades do primeiro bimestre de 2001, pois naquele período a economia global estava aquecida. Já as exportações de máquinas agrícolas

aumentaram 34,6% em janeiro e fevereiro em relação ao mesmo período de 2001. (FSP, 08/03/02)

América Latina Logística (ALL) decide entrar na operação portuária - A América Latina Logística (ALL), que opera a rede ferroviária da malha sul, já traçou o próximo passo no Brasil: vai entrar na operação portuária. Com isso, a empresa, que em julho do ano passado entrou no ramo rodoviário com a compra da transportadora Delara, passa a integrar toda a cadeia de logística, da captação do produto e armazenagem até o embarque nos navios. Com a criação de unidade de negócios portuários, a empresa passa a ser a primeira ferrovia do Brasil a cobrir toda a cadeia logística do transporte, interligando modais rodoviários e ferroviários aos portos.

Inicialmente, o projeto prevê a operação portuária (armazenagem, movimentação e transações de ordem aduaneira e fiscal) em três portos da região sul, cobrindo a área de abrangência da rede de ferrovias da ALL, que atende o sul de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A operação completa possibilitaria redução de custos na cadeia de 15% a 20%.

O primeiro porto a ter a operação da ALL será o de Paranaguá (PR), onde a empresa já investiu R\$ 3,8 milhões. Em novembro é a vez do porto de São Francisco (SC), que vai receber investimentos de R\$ 30 milhões na construção de um terminal, em parceria com a francesa Sogo Southtrading. Em seguida vem Rio Grande (RS), onde a empresa negocia a associação com dois terminais privados. Um dos focos da empresa está nos usuários do porto que não possuem terminais próprios.

Da estimativa de R\$ 1 bilhão de faturamento em 2002, 20% devem vir da logística integrada. "É um mercado que deve crescer 25% ao ano. Em três ou quatro anos, esperamos que 80% dos nossos serviços estejam nesse formato". (Invest News, 08/03/02)

Petrobras perde milhões na Argentina - A Petrobras fez um mau negócio na troca de ativos com a petrolífera argentina Repsol-YPF fechada no fim do ano passado. A EG3, subsidiária da estatal brasileira no país vizinho adquirida na operação, registrou um prejuízo de R\$ 790 milhões com a desvalorização do peso. No negócio, a Petrobras cedeu para a Repsol 30% da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, 10% do poço Albacora Leste, na Bacia de Campos, e direitos para instalar 234 postos de gasolina nas regiões Sul e Sudeste. Em troca, recebeu uma refinaria em Baia Blanca e cerca de 700 postos na Argentina. (JB On Line – 08/03/02)

Europa importará más carne y textiles desde la Argentina - Los exportadores de carne vacuna volvieron a vender a la Unión Europea (UE), ahora podrán recuperar lo perdido durante los 11 meses de veda en el Viejo Continente por el rebrote de la fiebre aftosa.

La Comisión Europea aceptó el pedido argentino de que los frigoríficos locales puedan completar la porción desaprovechada de la cuota Hilton, que permite exportar a la UE 28.000 toneladas anuales de cortes de alta calidad. "Estamos dispuestos a considerar de forma positiva el pedido argentino de transferir los contingentes no exportados de carne durante el año pasado para que sean utilizados a partir de junio", anunció el comisario europeo de Comercio, Pascal Lamy.

Lamy admitió también una excepción en el cupo de importación de textiles. El año pasado la industria argentina, afectada por la falta de competitividad, exportó sólo 10 toneladas de las 4000 permitidas. La suma restante podrá compensarla en 2002, según fuentes de Producción.

En cuanto al tratado entre Mercosur-UE. Lamy dijo que los subsidios y los aranceles deben discutirse en la ronda de la Organización Mundial de Comercio (OMC). "Después podremos conceder al Mercosur una OMC plus", detalló. La Cancillería se conforma con ampliar los cupos en la negociación interbloque. (La Nación, 02-03-02).